

Governo Lula projeta alta de receitas e descongela R\$1,7 bilhão em gastos



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Gabriela Biló - 17.set.24/Folhapress

Governo Lula projeta alta em receitas e libera R\$ 1,7 bi em gastos no Orçamento de 2024

Embora tenha havido aumento na despesa obrigatória, previsão de arrecadação maior contribuiu para abrir espaço adicional

Adriana Fernandes
e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta sexta (20) a liberação de R\$ 1,7 bilhão antes congelado no Orçamento de 2024.

Embora tenha havido um aumento nos gastos obrigatórios, a melhora na projeção de receitas permitiu desbloquear outras despesas que estavam travadas para cumprir a meta fiscal, que é de déficit zero neste ano. O saldo final dessa combinação de fatores foi positivo para o governo.

Os números foram divulgados na noite desta sexta pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, mas só serão detalhados em entrevista coletiva na segunda-feira (23). A apresentação dos dados atende à exigência legal de que o relatório de avaliação de receitas e despesas seja entregue ao Congresso até o dia 22 do mês seguinte ao encerramento do bimestre.

Segundo o Planejamento, houve um bloqueio adicional de R\$ 2,1 bilhões em gastos para compensar o crescimento das despesas obrigatórias e evitar o estouro do limite do novo arcabouço fiscal.

Por outro lado, a melhora das receitas permitiu reverter integralmente o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões feito em julho. O instrumento é usado para conter gastos quando outra regra fiscal está em risco —nesse caso, a meta de resultado primário.

Em julho, a combinação de bloqueio e contingenciamento levou a um congelamento total de R\$ 15 bilhões. Agora, esse valor foi reduzido a R\$ 13,3 bilhões.

A meta fiscal de 2024 é zero, mas a margem de tolerância permite um déficit de até R\$ 28,8 bi-

lhões. Esse é exatamente o valor projetado pelo governo para o resultado primário no ano —ou seja, a equipe econômica prevê cumprir a regra exatamente no limite permitido pela banda.

Há ainda outros R\$ 40,5 bilhões em gastos que foram autorizados fora do arcabouço e da meta fiscal, para ações de combate aos efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul e das queimadas. Com isso, o resultado fiscal efetivo do governo neste ano deve ser um rombo de R\$ 68,8 bilhões, o

que elevará a dívida pública.

No novo relatório bimestral, o governo elevou em R\$ 8,3 bilhões a estimativa de gastos com o pagamento de benefícios previdenciários, dos quais R\$ 3 bilhões ficam fora do limite de despesas do arcabouço. Nas projeções, o governo levou em conta a redução do crescimento vegetativo da folha de pagamento e os efeitos da revisão de cadastros e das ações de melhoria na gestão dos benefícios.

Houve ainda incremento de R\$ 324 milhões no BPC (Benefício de Prestação Continuada), que passa por um pente-fino após uma aceleração significativa no avanço dos gastos com a política. Segundo o governo, o aumento decorre de sentenças judiciais, já que o gasto com benefícios teve uma ligeira redução.

A elevação dessas despesas foi parcialmente compensada pela queda de outros gastos. O governo estima R\$ 1,9 bilhão a menos no apoio financeiro a estados e municípios diante da redução dos desembolsos ligados à Lei Aldir Blanc de fomento à cultura. Houve ainda redução de R\$ 1,05 bilhão nos gastos com pessoal e de R\$ 851 milhões nas sentenças judiciais em ações de custeio e capital.

R\$ 2,1 bi

foi o bloqueio adicional em gastos anunciado nesta sexta-feira (20) para compensar o crescimento das despesas obrigatórias e evitar o estouro do limite do novo arcabouço fiscal

R\$ 3,8 bi

foi o valor que, por outro lado, teve o contingenciamento revertido por causa da melhora na previsão de receitas

R\$ 1,7 bi

é o saldo que fica liberado

